

• Política

26 JUN 1985

NOVA REPÚBLICA

Sarney promete à CNBB não recuar na questão da reforma agrária

por Walter Marques de Brasília

"Sem reforma agrária não é possível avançar neste País. Não haverá retrocesso no propósito do governo de realizar a reforma agrária." Estas foram, segundo o relato do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ivo Lorscheiter, as palavras com que o presidente José Sarney assegurou aos membros da direção da entidade que não haverá nenhum passo atrás do governo em relação à reforma agrária.

O presidente da República fez ontem uma visita à CNBB e conversou por uma hora e meia com seus onze dirigentes. Acompanhado dos chefes do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco, e do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys, ele ouviu as ponderações dos bispos que também o exortaram a não fraquejar ante as reações e resistências à tese da reforma agrária. "São resistências irracionais", observou dom Benedito de Ulhoa Vieira, vice-presidente da CNBB.

Os prelados da Igreja informaram ao presidente que ontem mesmo o bispo de Marabá, no Pará, dom Alano Pena, telefonou para Brasília para informar que "o ambiente em Marabá está irrespirável, com as milícias dos fazendeiros na cidade". Dom Benedito Ulhoa Vieira e dom Ivo Lorscheiter disseram ter enfatizado junto ao presidente que "subversivo é quem está contra a reforma agrária". Sarney, conforme seu porta-voz, Fernando César Mesquita, explicou-lhes que havia recebido um relatório do governador do Pará esclarecendo que já havia enviado a polícia para a área com a finalidade de promover investigações.

A gravidade da situação convenceu, contudo, o presidente a pedir ao general Bayma Denys, que tam-



Dom Ivo Lorscheiter

bém é o secretário executivo do Conselho de Segurança Nacional (CSN), a fazer através deste órgão um atento acompanhamento da violenta situação reinante na região de Marabá, pois a intervenção do governo para manter a ordem pode tornar-se necessária.

O presidente da CNBB disse que na reunião o propósito da Igreja foi "dar uma força" ao presidente da República, porque "a Igreja quer apoiar as grandes teses que o governo lançar". A reforma agrária foi o tema central da conversa.

Eles explicaram ao presidente que, ao dizer que "a reforma agrária proposta é tímida, não quer dizer que estejamos contra. E preciso que haja um início viável. Depois se irá mais longe. Mas não basta mexer apenas nos assuntos fundiários. E preciso ter também uma política agrícola que dê condições de trabalho aos trabalhadores rurais", disse o presidente da CNBB.

Os dirigentes eclesiaísticos expuseram a Sarney a expectativa de que a Assembleia Nacional Constituinte reveja o conceito de propriedade particular, não para negá-la, mas, como afirmou dom Ivo Lorscheiter, "para assegurar efetivamente o sentido social da propriedade".

Igreja, força política decisiva na transição

por Elmar Bones de Brasília

Os onze bispos que ontem receberam o presidente José Sarney na sede da CNBB representam um "partido" que não concorre em eleições, não disputa cargos no governo, mas que tem sido uma das forças políticas decisivas na travessia para o regime democrático que o Brasil está fazendo. Em 1964, dominado por correntes conservadoras, o Clero colocou-se ao lado do movimento militar que derrubou João Goulart. Agora, inspirada pelo compromisso com a "realidade social", a CNBB propõe-se a ajudar na consolidação da democracia através da "organização do povo para a participação e defesa dos seus interesses".

Para realizar esta tarefa, a Igreja conta no Brasil com uma estrutura e uma prática construídas lentamente ao longo dos últimos vinte anos e que hoje respondem pelo revigoreamento que ela experimenta na sua relação com a população. "Antes dávamos socos no ar, agora estamos batendo na cara dos problemas, e o povo percebeu muito bem isso", diz um sacerdote ouvido por este jornal. Com isso ele quer dizer que até os anos 60 a Igreja "tinha clareza de

sua missão, mas não de seus métodos de ação".

O primeiro passo neste sentido foi o primeiro plano de emergência da CNBB, formulado sob a direção de d. Hélder Câmara, para o período de 1962 a 1965, sob a influência do Concílio Vaticano II. A partir de 1965, a Igreja passou a ordenar sua ação a partir dos PPC (Plano Pastoral Conjunto), em que as atividades da Igreja em todos os níveis são planejadas a cada dois anos. Atualmente a CNBB põe em prática o 8º PPC, composto por 131 projetos que abrangem tanto as atividades no plano missionário, litúrgico ou catequético quanto no social. A cúpula da CNBB, escolhida em eleição pelos 372 bispos brasileiros, coordena toda a ação e avalia os desempenhos através de reuniões mensais.

A CNBB informa que o número de Comunidades Eclesiais de Base (CEB) em todo o País já chega a 90 mil, agrupando um contingente estimado em torno dos 4 milhões de pessoas, a maioria habitantes da zona rural. Nessa organização têm origem as acusações dos grupos conservadores, que indicam as CEB tanto como inspiradoras de greves nas áreas urbanas quanto estimuladoras das invasões no campo.